

Controvérsias na agenda de proteção da biodiversidade no Brasil: o papel da mídia pela ótica da Teoria Ator-Rede

Elizabeth Oliveira (Brasil).¹ Marta de Azevedo Irving (Brasil).²

Resumo.

O acesso à informação qualificada é reconhecido como um componente essencial ao êxito das políticas públicas de proteção da biodiversidade. Nesse sentido, a mídia é considerada como um ator central, não somente pela veiculação de conteúdo informativo sobre a complexidade dessa temática, mas pelo processo de mediação do diálogo e de construção de sentidos e valores que influenciam a sociedade em todos os seus segmentos. Por outro lado, os meios de comunicação são pautados pelos anseios sociais e, também, por inúmeras outras demandas, o que remete ao entendimento de que em cenários de economia capitalista, onde inúmeros interesses estão em jogo, esse segmento é também influenciado, permanentemente, pela dinâmica das relações sociais, por sua vez, marcadas quase sempre por conflitos e controvérsias. Partindo desses pressupostos, o objetivo deste artigo é refletir sobre as potenciais contribuições da Teoria Ator-Rede à busca de entendimento das dinâmicas sociais que perpassam a agenda pública da proteção da biodiversidade no Brasil. As discussões representam um recorte preliminar de uma pesquisa de doutorado em andamento, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visa à realização de um mapeamento de controvérsias sobre essa temática em veículos de comunicação impressos.

Palavras-chave.

Mídia, proteção da biodiversidade, Teoria Ator-Rede.

Abstract.

The dissemination of qualified information is recognized as a key to the success of public policies to biodiversity conservation. In this sense, the media is a central actor, not only for communicate the complexity of this issue, as well as in the mediation of the dialogue and the construction of meanings and social values. On the other hand, the media are guided by social expectations and by numerous other demands. For this reason, in scenarios of capitalist society, permeated by multiple interests, this segment is also influenced permanently by dynamics of social relations and marked by conflicts and controversies. Based on these ideas, the objective of this paper is to reflect on the potential contributions of Actor-Network Theory to understanding of the social dynamics in relation to the biodiversity conservation public agenda in Brazil. The discussions represent a preliminary approach on a future mapping of controversy on this topic in the media print.

Keywords.

Media, biodiversity conservation, Actor-Network Theory.

Introdução.

As últimas quatro décadas foram marcadas pelo aumento da mobilização da sociedade em torno das questões ambientais. O reconhecimento da gravidade e da amplitude de problemas decorrentes do avanço da poluição e do consumo dos recursos naturais, em cenários de permanente crescimento populacional, fez ecoar, no mundo, inúmeros sinais de alerta. Nesse sentido, o fortalecimento da preocupação pública em relação à degradação ambiental contribuiu para que novos arranjos sociais, político-administrativos, empresariais e científicos se disseminassem globalmente. Segundo Viola (1998), assim se consolidaram organizações não governamentais (ONGs) e grupos comunitários; agências estatais; instituições científicas; e novos modelos de gestão na iniciativa privada.

Paralelo ao movimento da sociedade civil, importantes publicações marcaram as discussões globais quanto aos impactos dos modos de vida da sociedade contemporânea sobre a natureza e, assim, contribuíram para fortalecer o processo de sensibilização da opinião pública para as questões ambientais. Uma delas foi *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1962) que alertava para os danos ambientais provocados pelo uso de inseticidas tendo como resultado, entre outros, a morte dos pássaros que, por sua vez, deixavam de cantar na primavera.

Na sequência, o relatório *Os limites do crescimento* (Meadows *et al*, 1972) foi outra obra de grande repercussão global neste debate. Os resultados dessa publicação, aliados às discussões que já vinham sendo promovidas por organizações ambientalistas internacionais, influenciaram fortemente a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972. Considerado um marco no debate da temática ambiental, esse evento também ficou conhecido como Conferência de Estocolmo, em referência à cidade sueca que o sediou.

As previsões catastróficas do relatório mencionado provocaram um amplo debate entre acadêmicos e intelectuais, à época do seu lançamento, já que alertavam para potenciais riscos às condições de vida no planeta, caso perdurassem os cenários de aumento populacional e do consumo acelerado de recursos naturais, sobretudo nos países em desenvolvimento. O conteúdo deste documento deu início a fortes controvérsias entre países dos hemisférios Norte e Sul uma vez que, os últimos não consideravam justo serem contidos na sua expectativa de crescimento, quando as nações mais ricas do Norte já haviam alcançado altos níveis de avanços econômicos e sociais, mesmo que para tal, tenham causado grandes danos à natureza.

Controvérsias à parte, desde então se ampliou o processo de discussão em torno de novas alternativas de desenvolvimento, uma vez que, o modelo estabelecido até àquele período, sinalizava para sérios riscos ao futuro da humanidade.

Nos dois anos seguintes à Conferência de Estocolmo, Ignacy Sachs (1993), um dos intelectuais que já se destacavam em seus posicionamentos sobre o tema, ajudou a ampliar o debate sobre o conceito de ecodesenvolvimento, apresentado como uma nova alternativa ao modelo de desenvolvimento estabelecido, até então, com base no esgotamento dos recursos naturais. Para o alcance do equilíbrio desejado, foram elencados alguns elementos centrais como atendimento às necessidades básicas da população; envolvimento da sociedade nas ações de proteção dos recursos naturais; solidariedade com as gerações futuras e construção de um sistema social capaz de garantir emprego, segurança, educação e respeito a outras culturas. (NOBRE e AMAZONAS, 2002).

Paralelamente, como resultado das crescentes discussões lideradas pelo movimento ambientalista internacional, sobretudo no âmbito das grandes ONGs, foi lançado o relatório *Estratégia Mundial de Conservação* (1980) pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês). Seu conteúdo trouxe uma expressiva colaboração às reflexões sobre a visão integrada de ambiente e desenvolvimento, pela perspectiva da

conservação da natureza, uma pauta que vinha ganhando destaque entre as grandes questões ambientais daquela época. Essa publicação, que discutia alternativas de proteção da biodiversidade (ou diversidade biológica, o que em linhas gerais significa todas as formas de vida existentes no planeta), foi desenvolvida em parceria com o World Wildlife Foundation for Nature (WWF) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que, por sua vez, vinha se fortalecendo desde a sua criação na Conferência de Estocolmo.

Os avanços decorrentes desse complexo debate internacional, associados ao grande interesse despertado pela temática ambiental resultaram na solicitação de um relatório pela Assembleia das Nações Unidas à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. (CORRÊA DO LAGO, 2006)

Assim, ainda que o conceito de ecodesenvolvimento tenha recebido ampla aceitação nos meios acadêmicos e que o trabalho das ONGs internacionais tenha também lançado novas luzes sobre questões relacionadas ao binômio ambiente-desenvolvimento a partir da década de 1970, prevaleceu o conceito de desenvolvimento sustentável, disseminado por meio do relatório *Nosso futuro comum* (1987), também denominado *Relatório Brundtland*.

A publicação conclamou a sociedade a adotar novas abordagens ao processo de desenvolvimento que fossem capazes de considerar o equilíbrio entre as dimensões ambientais, econômicas e sociais, de forma que a demanda por recursos naturais para atender as atuais gerações não comprometesse o atendimento da demanda das gerações futuras. Por meio desse fio condutor, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser disseminado globalmente, norteando, desde então, o processo de tomada de decisão em diversos segmentos sociais.

Como forma de superação da reconhecida crise ambiental, entre tantas outras iniciativas, o relatório propôs a adoção de soluções com base em novas tecnologias para a geração energética e a produção industrial, além de incentivar a proteção da biodiversidade e de outros recursos naturais; bem como o controle da urbanização e do crescimento populacional.

Independentemente das controvérsias suscitadas em relação à terminologia que se buscava difundir, desde então, considerada vaga e contraditória, por autores como Nobre e Amazonas (2002), o debate sobre essa temática continuou. Assim, em junho de 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, também denominada de RIO-92, além de popularmente conhecida como “ECO-92”, buscou-se fortalecer o conceito de desenvolvimento sustentável propagado mais amplamente desde 1987, pelo relatório *Nosso futuro comum*. Para a concretização dessa nova concepção de desenvolvimento, foram formalizadas algumas medidas de grande relevância, acompanhadas atentamente pelas ONGS ambientalistas e pelos movimentos sociais, entre outros segmentos da sociedade civil que participaram dos debates, por meio de um Fórum paralelo, de forma sem precedentes em uma Conferência da ONU.

Assim, desde a RIO-92, considerada a mais importante conferência internacional para o debate das questões ambientais, os documentos então formalizados, passaram a nortear políticas públicas, a inspirar o interesse acadêmico e a incentivar ações de outros segmentos sociais. Além da Carta da Terra, da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e da Agenda 21, sob a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU) foram assinadas na RIO-92, três importantes convenções: Convenção de Combate à Desertificação, Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, também conhecida como Convenção do Clima e Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), essa última, com enfoque central no contexto deste artigo.

Em junho de 2012, vinte anos depois da realização da RIO-92, mais uma vez lideranças globais se reuniram no Rio de Janeiro para um balanço dos avanços e desafios relacionados às decisões tomadas naquele grande evento. O encontro, denominado de Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), revelou passos importantes no processo de fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, embora tenha evidenciado, ainda, que a implementação dessa nova visão continuava sendo permeada por muitos dilemas, contradições e controvérsias. Mais uma vez, a sociedade civil se manifestou por meio de ações e fóruns organizados pelos movimentos sociais, tendo inclusive rechaçado o documento final dessa conferência, considerado vago e pouco ousado para enfrentamento das questões ambientais que continuam sem solução.

Vale ressaltar que, em 2002, por ocasião da realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada RIO+10, em Joanesburgo, na África do Sul, houve consenso de que a crise ambiental havia se agravado, desde a RIO-92, apesar de terem sido reconhecidos, também, alguns progressos, conforme ilustrado no texto transcrito a seguir: “Avanços inegáveis ocorreram nas áreas de conhecimento científico, progresso tecnológico e envolvimento do setor privado, ao mesmo tempo em que, na maioria dos países, se fortaleceu a legislação ambiental e cresceram a informação e a participação da sociedade civil.” (CORRÊA DO LAGO, 2006, p.87).

Embora os progressos alcançados pela mobilização social em torno das questões ambientais nas últimas décadas não sejam lineares, muito pelo contrário, sejam marcados historicamente por lutas, controvérsias, avanços, retrocessos e indefinições, a conservação da biodiversidade é reconhecida como um dos principais regimes internacionais de alta relevância em processo de formação desde a década de 1980, segundo Viola (1998). Nesse sentido, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), pela perspectiva desse autor, aumentou, consideravelmente, a ação pública internacional dirigida ao tema, que, para além do debate acadêmico, antes da década de 1990 era praticamente ausente da discussão internacional. Esse principal marco global sobre o tema conta com 193 signatários (dos

quais 192 países, dentre os quais o Brasil, além da União Europeia), denominados de Partes, e tem como eixos principais a conservação, o uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos recursos advindos do uso dos recursos genéticos.

Para Albagli (1998), duas questões centrais contribuíram para que a problemática da biodiversidade despontasse como um tema ambiental global de caráter estratégico, a partir da década de 1980. Primeiramente, o aumento da percepção dos cientistas e de outros segmentos sociais sobre a importância do processo de decisão para se resguardar as diferentes formas de vida do planeta. Como consequência, outros interesses, dentre os quais os econômicos, passaram a motivar o debate sobre o tema, como afirma a autora:

A motivação determinante para o recente alarde em torno da problemática da biodiversidade, porém, foi a possibilidade, através do avanço da fronteira científico-tecnológica, de manipulação da vida do ponto de vista genético, potencializando largamente seus usos e aplicações e ampliando o interesse de importantes segmentos econômicos e industriais na biodiversidade como capital natural de realização futura. (ALBAGLI, 1998: p.59).

Diante deste novo contexto, a autora afirma que a biodiversidade deixou de ser uma temática considerada apenas nas esferas científica e ambiental. E nesse sentido, passou a ocupar o centro de disputas geopolíticas acirradas, motivadas, sobretudo, pelo acesso aos recursos genéticos. Assim, os conflitos perpassam, recorrentemente, os debates sobre o tema nas últimas décadas e são visíveis no âmbito da implementação da CDB globalmente e também no Brasil.

Conservação da biodiversidade, tema estratégico e permeado por controvérsias.

Na concepção de Wilson (1997) conservar a biodiversidade significa proteger a multiplicidade de formas de vida existente no planeta, por meio de ações de grande complexidade que visam à garantia da sua sobrevivência no longo prazo.

Nesse sentido, os órgãos ambientais, entre outras instâncias governamentais (apoiados pelas três esferas do poder público, organizações da sociedade civil e outros segmentos) adotam medidas que interferem diretamente na forma como a sociedade explora os recursos naturais. Não raro, leis, normas, políticas e outras iniciativas implementadas pelo poder público são permeadas por conflitos e controvérsias.

Segundo Neves (2012), parte da complexidade que envolve a pauta ambiental, na qual se insere a proteção das espécies animais e vegetais, além das ações de gestão de outros recursos naturais, se deve à necessidade de aglutinação de inúmeros interesses e segmentos sociais envolvidos no processo. Segundo a autora:

A defesa ambiental envolve muitos atores, configurando numerosas arenas de interesses para cada assunto da ampla agenda de defesa do meio ambiente: associações civis, empresas privadas, representações locais, sindicatos, organizações do regime de governança global e de organizações civis transnacionais, assim como governos (locais, regionais e nacional) e representantes institucionais de interesses difusos (no caso do Brasil, o Ministério Público), em situações que envolvem diferentes escalas geográficas e de tempo. (NEVES, 2012, p.139).

As questões discutidas pela autora encontram ressonância nas observações de Frey (2000), que também ilustra, em artigo escrito há mais de uma década, a complexidade atrelada às políticas ambientais, sobretudo pela diversidade de segmentos sociais que passaram a participar dos processos decisórios desde o crescimento das preocupações da sociedade em relação às questões ambientais.

Segundo o autor, com tantos novos segmentos sociais influenciando a política (dentre os quais, a mídia), além da ampliação da sensibilização da sociedade para os temas da pauta ambiental, os conflitos de interesse são inevitáveis. Nesse sentido, Frey identifica uma relação direta de interdependência entre os processos e os resultados das políticas, que são permanentemente retroalimentados:

A evolução histórica da política ambiental, por exemplo, mostra de forma nítida como ambas dimensões têm se influenciado de forma recíproca e permanente. Da mesma maneira como a dimensão material dos problemas

ambientais tem conduzido à cristalização de constelações específicas de interesse, os programas ambientais concretos, por sua vez elaborados por agentes planejadores, devem ser considerados o resultado de um processo político, intermediado por estruturas institucionais, que reflete constelações específicas de interesse. (FREY, 2000, p.220).

No que se refere especificamente à pauta da biodiversidade, além dos embates motivados pelas medidas de proteção desses recursos naturais estratégicos, a complexidade do debate envolvido neste tema está associada também a outros aspectos. Um deles se relaciona à lacuna de conhecimento científico sobre a real quantidade de espécies existentes no planeta. Entretanto, ainda que essa falta de informações interfira na estimativa sobre a perda de biodiversidade e até dificulte as ações para a sua conservação, não faltam estudos que contribuam para alertar a sociedade sobre essa problemática, cada vez mais reconhecida como consequência direta das atividades humanas.

Os impactos das atividades humanas sobre a perda de biodiversidade foram amplamente debatidos no relatório *Panorama da Biodiversidade Global 3* (GBO3, 2010) que chama a atenção para o compromisso ético de defesa de todas as formas de vida que deve ser assumido pela sociedade global. Segundo essa publicação, os riscos à sobrevivência das espécies no longo prazo são crescentes e estão se intensificando progressivamente. Contribuem para esse cenário, principalmente, fatores como a perda e a degradação de *habitats*, as mudanças climáticas, a poluição, além da sobreexploração dos recursos naturais e a presença de espécies exóticas invasoras.

Além dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da perda de biodiversidade, essa problemática também tem implicações simbólicas, já que o valor das espécies e das relações que as sustentam é de difícil mensuração e transcende a esfera econômica.

Nesse sentido, além dos potenciais riscos relacionados ao futuro dos serviços ambientais assegurados por meio da diversidade biológica e essenciais ao bem-estar humano, como fornecimento de alimentos, fibras, medicamentos, polinização das culturas agrícolas,

filtragem de poluentes e a proteção contra desastres naturais, há outros aspectos preocupantes nesse processo que também podem entrar em declínio, segundo o relatório mencionado, chamados serviços culturais associados à biodiversidade. Esses envolvem: “valores espirituais e religiosos, as oportunidades de conhecimento e educação, valores recreativos e estéticos” (GBO3, 2010, p.9).

A importância da agenda da biodiversidade para o Brasil.

Qual a importância da discussão da agenda da biodiversidade para o Brasil? Este tema, em toda a sua complexidade, é de grande relevância para a sociedade brasileira. Ainda que seja considerado praticamente impossível quantificar toda a biodiversidade presente no território nacional, Lewinsohn & Prado (2005, *apud* Medeiros, 2006) estimam que o país abrigue, aproximadamente, 2 milhões de espécies, das quais 200 mil já foram cientificamente identificadas. Isso representa entre 10% e 20% da diversidade biológica global.

Nesse sentido, o Brasil é considerado líder entre as nações de megadiversidade biológica (grupo formado por 17 países que abrigam 75% da biodiversidade global) e ocupa também uma posição central em meio às controvérsias relacionadas à perda desses recursos naturais estratégicos.

Assim, na condição de país megadiverso e de signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica, segundo Medeiros (2006), com o estabelecimento da CDB, em 1992, o Brasil se deparou com a necessidade de debater e implementar uma série de arranjos político-institucionais destinados à gestão da biodiversidade. Os processos de implementação por sua vez, têm sido marcados por avanços e, também, por inúmeros percalços, entre os quais se destacam os conflitos e controvérsias envolvendo diferentes segmentos sociais.

Nesse sentido, vale ressaltar a seguir, os três principais pilares das iniciativas governamentais na agenda pública de conservação da biodiversidade brasileira, inspiradas direta ou indiretamente pela CDB.

Ainda que não represente um desdobramento direto da CDB, uma vez que começou a ser debatido muito antes da assinatura dessa Convenção, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000), considerado uma das principais políticas públicas brasileiras de proteção da biodiversidade, incorporou elementos e recebeu inspirações desse tratado internacional.

Já a Política Nacional de Biodiversidade - PNB (Decreto 4.339/2002) representa o primeiro grande desdobramento da CDB no Brasil. Segundo a publicação de três ONGs ambientalistas, (IUCN, WWF-Brasil e IPÊ, 2011) houve avanços em termos legais no período, entre os quais, a criação da *Estratégia Nacional para a Biodiversidade*, constituída por um conjunto de documentos e apoiada pelas Metas Nacionais. No entanto, contradições são também evidentes:

A Política Nacional da Biodiversidade – PNB, formalizada por Decreto em 2002 e seu Plano de Ação Nacional de Biodiversidade (PAN-Bio) são partes desse conjunto de documentos. Esses avanços têm sido, no entanto, desafiados sistematicamente por argumentos que advogam ser a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento dois objetivos em contradição e que por isso o arcabouço legal e técnico existente deve ser flexibilizado. (IUCN, WWF-Brasil e IPÊ, 2011, p.7).

Assim como ocorreu com a PNB, a criação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas – PNAP (BRASIL, 2006) também representa um compromisso do governo brasileiro como signatário da CDB e visa o fortalecimento do SNUC. Seu conteúdo expressa claramente as inspirações dessa Convenção.

No âmbito da pesquisa de doutorado que busca aplicar o aporte teórico da TAR, o grande desafio se refere à interpretação das dinâmicas sociais que vêm se configurando em torno dessas três políticas públicas de proteção da biodiversidade mencionadas.

Em que medida a TAR contribui para esta discussão?

Em cenários de agravamento da crise ambiental, a implementação de estratégias de comunicação para a sensibilização pública sobre a agenda da biodiversidade constitui uma abordagem de importância central no âmbito da CDB. Como essa Convenção valoriza também o controle social como elemento essencial ao êxito das políticas públicas de proteção da biodiversidade, parece fundamental que se busque identificar, até que ponto, os interlocutores de diversos segmentos sociais têm sido engajados no debate sobre o tema. É importante que se busque interpretar, ainda, quais são as controvérsias que perpassam as discussões dessa pauta. Nesse sentido, analisar como esse debate se expressa por meio da cobertura jornalística se revela como uma alternativa acadêmica de grande relevância.

É nessa perspectiva que a Teoria Ator-Rede (ANT, na sigla do original em inglês Actor-Network Theory ou TAR, em português) que tem em Bruno Latour (1994, 2000, 2001, 2004, 2005), um dos seus principais expoentes, tende a contribuir para interpretar como essas dinâmicas sociais se manifestam por intermédio da cobertura jornalística.

Segundo Law (1992) pela perspectiva da TAR as redes não são compostas somente por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas e materiais diversos. Nesse sentido, para os construtores dessa teoria, o que compõe as dinâmicas sociais (denominada pelos teóricos de “o social”) não é simplesmente humano.

O autor mencionado, um dos principais seguidores de Bruno Latour, advoga que não existiria sociedade sem a heterogeneidade verificada nas redes de relações sociais. Assim, partindo do princípio de que nenhum elemento é superior a outro, a TAR busca caracterizar as redes em sua heterogeneidade e complexidade.

Qual o sentido de se buscar agregar a TAR às discussões desta pesquisa, ainda em curso, bem como deste artigo? Uma das justificativas reside na visão dessa teoria de que natureza

e sociedade formam uma relação indissociável. Do ponto de vista comunicacional, a resposta também encontra ressonância nas definições de Law (1992). Segundo esse autor, a comunicação e seus dispositivos associados (humanos e não humanos) são mediadores de relações sociais que ajudam a moldar: “Nossas comunicações com os outros são mediadas por uma rede de objetos – o computador, o papel, a imprensa. E é também mediada por redes de objetos e pessoas, tal como o sistema postal. O argumento é que essas várias redes participam do social. Elas o moldam” (LAW, 1992. p.387).

Diferentemente da visão de outros autores, entre os quais Castells (2003) que trabalham com o conceito de redes enquanto um fenômeno de interconexões, facilitado, sobretudo, pelas tecnologias da informação, Latour considera que rede é tudo aquilo gerado pelas associações de atores humanos e não humanos. Lemos (2013) contribui para facilitar o entendimento sobre o significado de rede para essa teoria:

Não é algo pronto, por onde coisas passam, mas o que é produzido pela associação ou composição de atores humanos e não humanos. Rede não é estrutura, mas o que é tecido em dada associação. Quando falamos de rede, estamos falando de mobilidade. Ao olharmos o mundo, vemos redes se fazendo e se desfazendo a todo momento. O conceito de rede visa apreender algo pulsante, o que se forma e se deforma aqui e acolá pela dinâmica das relações. (LE MOS, 2013, p.53).

Nesse sentido, a identificação das associações de atores, denominados de actantes por Bruno Latour, permite o conhecimento do “social”, pela perspectiva das dinâmicas das redes. Assim, a interpretação dessas interações, geradas por meio da formação de redes temporárias de relações dos actantes (aqueles que produzem uma ação, que promovem transformações, podendo ser agentes humanos e não humanos), está no cerne dessa teoria inovadora e, ao mesmo tempo, desafiadora.

Para Holanda & Lemos (2013), um dos desafios de um pesquisador que utiliza a TAR como referência para fazer uma leitura interpretativa das relações sociais, consiste em buscar reconstruir e reagrupar “os rastros” deixados pelas associações de atores. Assim, a pesquisa em curso segue essa orientação na tentativa de compreender em que sentido

diferentes interlocutores sociais se manifestam em relação à agenda da conservação da biodiversidade no Brasil.

Para seguir os “rastros” e, a partir deles, interpretar as dinâmicas das associações pela ótica da TAR, Nobre & Pedro (2010) recomendam que um caminho possível, pela ótica de Latour, é o mapeamento de controvérsias, essas definidas, a seguir por esses autores, como processos de disputa, nos quais, fatos e informações não estão destituídos de neutralidade:

O termo controvérsia refere-se a uma disputa em que se alegam razões pró ou contra, onde se podem evidenciar movimentos cujo desdobramento será a consecução de um objetivo comum. Para se originarem tais controvérsias, necessita-se que exista algum tipo de produto ou processo – foco da disputa e que existam porta-vozes de modalidades negativas e positivas respectivamente, isto é, construam argumentações que conduzam ou afastem os artefatos para/de uma condição de produzidos. A partir da análise de tais embates, alguns autores sugerem que uma das principais revelações dos estudos de controvérsias é o uso que as partes oponentes fazem de informações e conhecimentos conflitantes. O que se busca evidenciar, com isso, é que não há “fatos puros” e tampouco a informação é algo neutro; em outras palavras, que os argumentos mobilizados implicam jogos de poder e força que se expressa na solidez que os fatos vão adquirindo (NOBRE & PEDRO, 2010, p.53).

Quanto maior a discordância entre os chamados actantes, segundo os autores mencionados (p.53), mais profunda será a controvérsia. “Para tal tarefa, o postulante terá que se embrenhar em um mundo de caixas-pretas interconectadas, uma rede que mistura papéis, dinheiro, pessoas, universidades, máquinas, enfim, humanos e não-humanos (...)”.

Para cumprir a missão de mapeamento das articulações controvertidas dos actantes, Nobre & Pedro (2010) orientam que os pesquisadores não devem lançar mão de categorias analíticas *a priori*, recomendação que é parte da essência da TAR. Nesse sentido, a direção das questões a serem observadas e interpretadas é dada pelos próprios actantes.

Assim, pelas razões já expostas, seguiremos as inspirações oferecidas pela TAR considerando a sua potencial contribuição para um aprofundamento no debate travado por

diferentes atores sociais e para um mergulho nas controvérsias que perpassam a implementação das políticas brasileiras inspiradas na CDB. Porque se considera que a leitura das dinâmicas sociais que perpassam essa pauta específica por intermédio da cobertura midiática pode trazer novas pistas sobre avanços e desafios relacionados a essa temática? No tópico a seguir, abordamos o poder de influência da mídia na construção da agenda pública e a sua importância em relação à disseminação dos temas ambientais.

O papel da mídia e seu poder de influência na agenda pública.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo pensamento de estudiosos que buscaram interpretar a mídia pelo viés da produção de significados e sentidos sociais. Tais enfoques também levavam em consideração que o processo comunicativo não é linear e, sim, marcado por contradições e divergências que se manifestam em diversos contextos histórico-culturais.

Foi nesse sentido que, a partir da década de 1970, ganhou força um novo enfoque de estudos científicos que buscava correlacionar o poder de influência da mídia na formação da agenda pública. Essa perspectiva, amplamente utilizada até os dias atuais, foi batizada de agendamento ou *agenda-setting* que passou a nortear muitos estudos sobre políticas públicas.

No contexto das investigações acadêmicas sobre comunicação, a abordagem do agendamento ganhou força também a partir dos estudos de McCombs e Shaw (1972) que comprovaram, empiricamente, os impactos da veiculação de notícias na opinião dos eleitores, durante a campanha eleitoral nos Estados Unidos, em 1968. Seleção, disposição e incidência dos temas abordados pela mídia são aspectos que, segundo os teóricos, têm o poder de influenciar as percepções da sociedade.

Na busca pela compreensão sobre como as narrativas midiáticas influenciam a percepção da opinião pública, por meio de diferentes veículos de comunicação, também ganharam força a partir da década de 1970 os estudos sobre os enquadramentos midiáticos (*media frames*) no original em inglês, que pode ser traduzido como o tipo de angulação utilizado na cobertura de um determinado tema (GHANEM, 1997). Em linhas gerais essa é uma abordagem que afirma ser a mídia capaz de induzir como a sociedade deve pensar sobre um determinado assunto.

E é atribuída ao antropólogo Gregory Bateson (1972) a construção do conceito de enquadramento, ainda na década de 1950, quando este atuava em estudos de psicologia cognitiva. Mas, somente nas décadas seguintes esse enfoque passou a despertar grande interesse nos cientistas envolvidos com a temática da comunicação. Para esse autor, o *framing* auxilia a mente, tanto a interpretar como sendo relevantes determinados aspectos no processo de recepção de mensagens, como a ignorar outros que não são abordados.

Entman (1993, p.52) é outra reconhecida referência sobre o tema do enquadramento pela mídia. Na visão desse autor: “Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais proeminentes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento”.

Na visão de Entman o enquadramento tem a função de interação social e, nesse sentido, não somente os construtores da notícia influenciam os receptores, a partir daquilo que apresentam como aspectos mais relevantes do conteúdo midiático. Nesse caso, os receptores, em interação com o texto, também mobilizam seus próprios enquadramentos. Essa perspectiva foi chamada pelo autor de enquadramento individual (*individual frames*).

Para lançar novas luzes sobre o tema em discussão, a partir de uma abordagem batizada de *ciclos de atenção temática*, o economista norte-americano, Anthony Dows (1972) defendeu

a tese de que um problema ambiental segue um percurso de cinco etapas até conquistar o interesse da mídia, ganhar repercussão e sair da cobertura.

Segundo esta perspectiva, inicialmente o problema existe, mas ainda não chama a atenção e não é capturado pela opinião pública a ponto de repercutir nos meios de comunicação (estágio chamado de pré-problema). Em seguida, ele é descoberto e o enfoque dado se concentra em riscos e consequências a ele associados (caracterizado pela descoberta alarmista e pela euforia na cobertura). Na sequência são debatidas soluções e os seus custos. A próxima fase é a perda do interesse pelo tema, muito motivada pelo reconhecimento dos altos custos relacionados às soluções (desinteresse gradual). Por fim, o assunto sai da agenda da mídia (estágio batizado de pós-problema).

Já para Hannigan (2009), o progresso do processo de construção social dos problemas ambientais varia de acordo com o resultado da mobilização dos atores envolvidos. Em geral, segundo o sociólogo ambiental canadense, esses problemas ambientais se originam na esfera da ciência. Em menor grau também podem estar relacionados às experiências de vida em sociedades mais diretamente envolvidas com o uso dos recursos naturais como as formadas por pescadores, extrativistas e outras.

Nesse sentido, no que se refere à interpretação da origem dos argumentos sobre os problemas ambientais, uma observação do autor diz respeito à importância de os pesquisadores buscarem sempre saber quais são os interesses políticos, econômicos, entre outros, que estão por trás das argumentações e das controvérsias. Além dos cientistas, contribuem para que as questões ganhem a atenção da mídia, os chamados “grupos de pressão”, motivados pela ação das grandes ONGs ambientais internacionais.

Em linhas gerais e com base em diversas referências sobre o tema, Hannigan, p. 119, ressalta, no texto transcrito a seguir, que existem seis passos essenciais para que um problema ambiental seja reconhecido pela sociedade, nos quais se inserem a atenção da

mídia: “Autoridade científica para a validação dos argumentos; a existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência; atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante; dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; incentivos econômicos para uma ação positiva; e recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade”.

Ainda segundo este autor, para que os problemas ambientais se transformem em políticas públicas, a mídia exerce um papel de ator central (p.121) no processo, conforme expresso a seguir: “Para passar os problemas ambientais da condição de questão para uma política pública, a visibilidade da mídia é crucial. Sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público ou se tornar parte do processo político, são bastante reduzidas (...)”.

Hannigan reconhece que a cobertura midiática de temas ambientais conquistou mais espaço, motivada, sobretudo, após a RIO-92. No entanto, dentre os fatores ainda considerados problemáticos para tal, o autor menciona as limitações relacionadas à realidade das empresas de comunicação em geral, como a disponibilidade de tempo e de recursos humanos para a execução das atividades planejadas nas rotinas jornalísticas.

Assim, a abordagem ambiental, em geral, é fragmentada e descontextualizada, sendo motivada, em grande parte, pela realização de eventos e pela ocorrência de catástrofes, designadas como “pão com manteiga da cobertura das notícias ambientais” pelo autor.

Os interesses editoriais e econômicos dos veículos são interpretados como outra problemática envolvida na visibilidade, (ou não), dos temas ambientais pela mídia, (HANIGGAN, 2009, p.131): “Um limite final de curto-termo na reportagem ambiental é o papel e influência dos editores de notícias. Sempre com um olho fixo na circulação e nos números de audiência, os editores tendem a favorecer estórias que destacam controvérsia e conflito. Como resultado, a sensatez sempre dá lugar ao sensacionalismo (...)”.

Assim, as discussões apresentadas até aqui contribuem para ilustrar algumas das questões centrais sobre a atuação da mídia como potencial mediadora de diálogo social sobre os temas ambientais, com ênfase na pauta sobre a biodiversidade. Independentemente de questões controversas como os interesses econômicos, ideológicos, políticos entre outros relacionados à atuação dos meios de comunicação, há também o reconhecimento da sociedade da importância desse segmento para a sensibilização e debate em sociedade sobre os problemas e suas possíveis soluções por meio de políticas públicas.

Um exemplo sobre a percepção positiva da sociedade sobre a participação da mídia frente às questões ambientais é ilustrado na pesquisa O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade (ISER, 2006) na qual foi constatado que dentre 2.200 entrevistados, 46% consideram que os meios de comunicação atuam na defesa ambiental, embora em primeiro lugar no ranking tenham sido reconhecidas as entidades ecológicas (65%) e, em segundo, os cientistas (47%).

A pesquisa que envolveu moradores de todas as regiões brasileiras foi realizada pelo Instituto Vox Populi, entre os dias 18 e 31 de março de 2006, tendo como grande diferencial, a avaliação sobre o estágio de sensibilização da sociedade para os temas ambientais no Brasil até então, em comparação com outros levantamentos realizados em 1992, 1997 e 2001. Este exercício comparativo foi facilitado pela repetição de grande parte das questões aplicadas anteriormente. Ao mesmo tempo, novos enfoques foram incorporados à pesquisa de 2006, como os que se referem ao grau de conhecimento, avaliações e posicionamentos dos brasileiros sobre a temática da biodiversidade.

Na ocasião, foram identificados espontaneamente como problemas ambientais e ecológicos mais graves do país, o desmatamento de florestas e as queimadas por 65% dos entrevistados (principal citação desde 1992). Em seguida foram mencionados

poluição/contaminação de rios, lagos, mares e praias (45%), também segundo problema do *ranking* desde 1992.

Segundo a pesquisa, biodiversidade é um conceito explicitamente mencionado por 9% dos entrevistados, quando se pergunta sobre as vantagens ambientais do Brasil. Por outro lado, 56% dos entrevistados “não ouviram falar” de biodiversidade. Esses resultados sinalizam com o desafio que representa esclarecer a sociedade sobre determinadas terminologias técnicas tanto pela mídia como por meio de ações educativas no campo das estratégias das políticas públicas especializadas.

Perspectivas e desafios.

Diante das questões discutidas até aqui é possível perceber alguns desafios relacionados tanto à atuação da mídia como à da gestão pública para o êxito das políticas públicas, notadamente naquelas que se referem às ações de comunicação, educação e sensibilização pública sobre a complexa pauta da biodiversidade.

Nesse sentido, vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que o papel da mídia é discutível pelos inúmeros interesses que perpassam a atuação dos meios de comunicação, não se pode abrir mão da sua capacidade de mobilização e sensibilização da sociedade sobre a agenda da biodiversidade. Esse é um aspecto discutido por Tavares & Irving (2009) no âmbito de uma pesquisa sobre o consumo de produtos verdes no Brasil. Para esses autores, a mídia é segmento, paradoxalmente, capaz de “manipular” e, ao mesmo tempo, de produzir “massa crítica”.

Novaes (2005, p.15) também contribui para reforçar o papel relevante da mídia no processo de sensibilização da sociedade sobre as questões ambientais e defende que somente a

comunicação pode contribuir para tirá-las de uma posição periférica e desconectada da realidade cotidiana.

Com objetivo de reafirmar a importância do tema, o *Panorama da Biodiversidade Global 3* (GBO3, 2010) ressalta, que entre outros aspectos relevantes, é fundamental o fortalecimento de iniciativas de ampliação do acesso à informação por meio de estratégias participativas de comunicação e sensibilização da sociedade em políticas públicas de proteção da biodiversidade.

Entre tantas orientações, o relatório menciona que a comunicação, a educação e a sensibilização ambiental devem ser priorizadas para assegurar que a sociedade compreenda o valor da biodiversidade e que medidas sejam adotadas para a sua proteção, incluindo o estímulo às mudanças no consumo e no comportamento.

Para o Brasil, país líder entre os megadiversos, as recomendações do relatório GBO3 parecem fundamentais para gerar reflexões e impulsionar os processos de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas de proteção da biodiversidade, sobretudo, no que se refere às estratégias de comunicação, educação e sensibilização.

Por outro lado, se as políticas públicas de proteção da biodiversidade visam estimular a participação da sociedade na tomada de decisão por meio de ações de comunicação e sensibilização, outra reflexão fundamental sobre o tema é apresentada por Bordenave (1985), para quem a participação social é um processo que não pode ser dissociado do livre acesso à informação e das construções coletivas asseguradas pela comunicação. Segundo o autor: Sem comunicação não pode existir a participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo (...) (BORDENAVE, 1985, p.68).

Nesse sentido, a partir das ideias apresentadas como pano de fundo dessa discussão

preliminar, que integra uma pesquisa ainda em construção, parece evidente que ampliar a utilização de ferramentas de comunicação e de sensibilização da sociedade com o intuito de evidenciar os dilemas relacionados à proteção da biodiversidade representa um grande desafio, a ser enfrentado no caso brasileiro. O tema é complexo e exige acompanhamento permanente para a geração de novas reflexões, o que torna fundamental a participação da academia na produção de estudos e recomendações que possam agregar novos olhares e nortear soluções possíveis sobre essa temática estratégica para um país de megadiversidade biológica como o Brasil. É com base nessa perspectiva que esta pesquisa se constrói com o aporte teórico da TAR.

Referências.

ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

AGENDA 21 GLOBAL. RJ. 1992.

BATESON, G. (1972). *Steps to an Ecology of Mind*, Northvale, New Jersey, London, Jason Aronson Inc.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL, 2000. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília. Diário Oficial da União. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

CARLSON, R. **Silent Spring**. Houghton Mifflin: Mariner Books. 1962

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CORRÊA DO LAGO, A. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

DOWS, A. (1972). **Up and down with Ecology: the issue-attention cycle**.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4), p. 51- 58, 1993.

FREY, K. **Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. Nº 21. JUN de 2000

GHANEM, S. (1997). Filling in the tapestry: the second level of agenda setting, in M.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis - Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

HOLANDA, A.; LEMOS, A. Do paradigma ao Cosmograma. Sete contribuições da Teoria Ator-Rede para a pesquisa em comunicação. XXII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade**. 2006

Disponível em:

<http://www.cbd.int/doc/meetings/nbsap/nbsapcbw-sam-01/other/nbsapcbw-sam-01-brasil-estudo.pdf>

LAW, J. **Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity**. Centre for Science Studies Lancaster University On-Line Papers, 1992.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC. 2001.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC. 2004

LATOUR, B. **Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network Theory**. Oxford: University Press, NY, 2005.

LEMOS, A. **Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede**. Galaxia (São Paulo, *Online*), n. 25, p. 52-65, jun. 2013.

LEWINSOHN, T. M. ; PRADO, P. I. **How Many Species Are There in Brazil?** Conservation Biology, 19 (3): 619-624, 2005

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. L. **The agenda setting function of mass media**. Public Opinion Quarterly, n. 36, p.176-185, 1972

MEADOWS, D.; MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MEDEIROS, R. **Desafios à gestão sustentável da biodiversidade no Brasil**. Floresta e Ambiente. V.13, n.2, p. 01 - 10, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)**. Brasília, 2000. Disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2011.

Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/240/publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf

NEVES, E. M. S. C. **Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil.** Estudos Avançados. 26 (74). 2012.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília: Ibama, 2002.

NOVAES, Washington. Prefácio. In: TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação.** São Paulo, Globo, p.15-17, 2003.

PEDRO, R.; NOBRE, J. **Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede.** Cadernos UniFOA, Edição N° 14, 2010

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, **Panorama da Biodiversidade Global 3.** Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2010.
UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (UICN). *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*, 1980.

UICN, WWF-BRASIL e IPÊ. **Biodiversidade Brasileira: análise de situação e oportunidades, documento-base.** Brasília, DF, 2011.

WILSON, E. O. (Org.). **Biodiversidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹ Elizabeth Oliveira: Jornalista brasileira com atuação na cobertura de temas socioambientais e colaboradora de publicações especializadas no Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É membro da Rede Brasileira dos Jornalistas Ambientais (RBJA) e da Rede dos Comunicadores Ambientais da América Latina e do Caribe (RedCalc). É integrante, ainda, do Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social - GAPIS (Lattes/CNPq), pelo qual tem buscado refletir sobre o papel da mídia e sua relação com os temas socioambientais estudados. Bolsista da CAPES.

E-mail: elizabetholiverbr@yahoo.com.br

² Marta de Azevedo Irving: Professora e pesquisadora do Programa EICOS de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social; do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento; e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social GAPIS (Lattes/CNPq) e do Projeto

Observatório de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Coordenadora de vários projetos de pesquisa sobre desenvolvimento e gestão social da biodiversidade e projetos aplicados às políticas públicas. Autora de várias publicações sobre Planejamento, Gestão Ambiental e Desenvolvimento, Consumo e Sustentabilidade, além de Conservação da Biodiversidade, Turismo e Inclusão Social, com grande interesse no papel da mídia e sua interface com essas temáticas.

E-mail: marta.irving@mls.com.br

R
y
P